

**Ata da 9ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida
no dia 15/07/2003, na Sala dos Conselhos, 2º andar do Ministério da Ciência e
Tecnologia**

O Ministro da Ciência e Tecnologia abriu a reunião saudando os presentes, lembrando tratar-se da reunião inaugural da Comissão no novo Governo, passando ao primeiro item da agenda.

1. Posse pelo Exo. Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, na qualidade de presidente da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dos novos membros da Comissão.

O Sr Ministro deu posse aos membros do novo mandato, representantes e suplentes dos ministérios que integram a Comissão.

2. Relato sobre o Estágio atual das negociações na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

O ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, representante do MRE, fez um relato sobre as últimas reuniões sobre o tema. Informou que a 18ª reunião dos órgãos subsidiários da Convenção ocorreu em junho em Bonn na Alemanha e que o principal tema em discussão foi a conclusão da regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, no que se refere aos projetos de florestamento e reflorestamento e que houve um grande esforço negociador com o objetivo que essa regulamentação seja concluída na Nona Conferência da Partes (COP9), que se realizará em Milão, Itália, em dezembro de 2003.

Sobre a reunião informal “Ações Adicionais contra Mudança do Clima” promovida pelo Japão e o Brasil de 2 a 4 de julho de 2003, em Tóquio, Japão, salientou que as tradicionais posições dos países foram mantidas, com os países industrializados insistindo que os países em desenvolvimento deveriam também ter metas de reduções ou limitações de emissões e os países em desenvolvimento insistindo que, antes de se pensar em metas para os países em desenvolvimento, dever-se-ia ter o Protocolo de Quioto em vigor, com os países desenvolvidos claramente demonstrando a liderança no processo de mitigação. Somente após a análise dos resultados da implementação do Protocolo, seria possível discutir o futuro, e a participação dos diversos países.

Informou também a realização da reunião sobre Seqüestro de Carbono que se realizou em Washington, em 25 de junho de 2003, tendo as discussões se centrado sobre o aspecto tecnológico do seqüestro de CO₂ no sistema energético.

Sobre a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, disse que existe uma expectativa muito grande sobre se e quando a Federação Russa ratificará o Protocolo. Informou também que se a Federação Russa ratificar antes de 1º de setembro será possível realizar a primeira reunião das Partes do Protocolo já em conjunto com a COP9. Se a ratificação ocorrer depois, essa primeira reunião somente poderá se realizar no próximo ano.

3. Estado atual da regulamentação relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário Executivo da Comissão, relatou que a regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento foi basicamente concluída na COP7 (Decisão 17/CP.7), pendente de aprovação pela Reunião das Partes do Protocolo (COP/MOP), faltando apenas, como relatado pelo ministro Figueiredo, a regulamentação referente a projetos de florestamento e reflorestamento. Durante o ano de 2002 foi discutida a regulamentação brasileira na Comissão, que resultou na Resolução nº 1 da Comissão que

basicamente internaliza os termos da decisão 17/CP.7 e estabelece normas para a tramitação dos projetos na Comissão. Observou que esta resolução está disponível na página da Internet do MCT, mas não foi publicada no diário oficial, e portanto não está em vigor. A não publicação da Resolução deveu-se a pedido da equipe de transição do novo governo de modo a possibilitar sua maior discussão.

A representante do MMA, Dra. Marijane Vieira Lisboa, ressaltou a importância de reabrir essa discussão, lembrando as propostas já apresentadas pelo MMA em relação a critérios adicionais de desenvolvimento sustentado.

O Secretario Executivo informou, também, que a Comissão continua a receber um grande número de pedidos de cartas de aprovação e cartas de não objeção a projetos, sendo necessário que a Comissão deliberasse qual seria o encaminhamento dessas solicitações, no aguardo da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Observou que esses projetos propostos enquadram-se basicamente em três casos: projetos que se enquadram nas categorias de projeto elegíveis para o MDL e que já têm sua regulamentação internacional concluída; projetos de florestamento e reflorestamento, que embora sejam categorias elegíveis, ainda estão pendentes de regulamentação internacional e projetos cujas categorias não são elegíveis para o MDL. Em função disso, sugeriu que fosse examinada a conveniência de emitir três tipos diferentes de cartas, e apresentou sugestão de minutas para os três tipos de carta.

Indagado sobre o número de pedidos, o Dr. Miguez informou que eram cerca de 30, em sua maioria referentes a projetos de energia renovável, incluindo co-geração a bagaço-de-cana, eficiência energética e aproveitamento de metano em aterros sanitários. Observou também que a documentação fornecida variava muito, desde simples idéias a projetos praticamente concluídos no formato requerido pela Convenção, sendo em alguns casos impossível de analisar os projetos por falta de informação detalhada.

O Presidente da Comissão, Ministro Roberto Amaral, sugeriu que os membros da Comissão examinassem essas minutas, propondo possíveis modificações até a próxima reunião da Comissão, quando seria deliberado sobre o procedimento a seguir como resposta aos pedidos de cartas.

4. Projeto de 100.000 veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Dr. Paulo Sérgio Coelho Bedran, substituindo o representante do MDIC, fez um relato do projeto, estabelecido pela Lei 10.612 de 23 de dezembro de 2002, que estabelece uma subvenção de R\$ 1.000,00 por veículo de forma a incentivar a compra de veículos a álcool por frotas. Informou que o passo seguinte é um decreto de regulamentação conjunto MDIC/MCT de modo a tornar operacional o processo.

O Dr. Miguez complementou as informações, ressaltando o papel do projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e lembrou os entendimentos com o governo da Alemanha em relação a este projeto. De acordo com esses entendimentos, as reduções de emissão certificadas geradas por este projeto seriam transferidas ao governo da Alemanha, que ressarciria o valor da subvenção dada pelo governo brasileiro ao comprador do veículo.

A minuta de decreto de regulamentação em discussão conjunta pelo MDIC e pelo MCT foi distribuída aos membros da Comissão para sugestões até o dia 18 de julho de 2003, dada a premência de finalização da regulamentação, em função de aproveitar a dotação orçamentária aprovada para o ano de 2003.

5. Outros Assuntos

O Ministro Figueiredo do MRE, informou que as missões do Itamaraty no exterior vêm recebendo muitas consultas sobre o marco regulatório brasileiro sobre o MDL e que portanto era necessário agilizar a sua finalização.

O Dr. Célio Bermann, representando o MME ressaltou a importância de pressionar, através de contatos diplomáticos, o governo da Federação Russa a ratificar o Protocolo de Quioto.

A representante do ministério dos Transportes Dra. Ieda Maria Neiva Rizzo, informou que no ano passado foram realizados estudos de parceria com vistas a minorar o passivo ambiental das hidrovias, com projetos de reflorestamento e seqüestro de carbono, que seriam muito importantes, principalmente nas bacias do rio São Francisco e Madeira.

O Secretário Jorge Guimarães, representante do MCT, ressaltou a posição invejável do Brasil em termos de vantagens comparativas para realização de projetos, informando que no final do mês de julho seria realizada uma reunião na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo com a apresentação de vários projetos interessantes, incluindo o aproveitamento do lixo, onde adicionalmente existe uma clara vertente social.

O Ministro Roberto Amaral, observou que o Regimento Interno da Comissão está aberto para sugestões de modificação.

A representante do MMA disse da necessidade de discussão do formato da Comissão de forma a incluir também representantes da sociedade civil.

Não existindo outros assuntos a tratar, o Ministro Amaral encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, ficando marcada a próxima reunião para o dia 19 de agosto de 2003.